

REPRESENTAÇÕES SOBRE LESBIANIDADES: A VOZ DAS JUVENTUDES

Medeiros, Talita¹

Caetano, Marcio²

Para cumprirmos a contento o objetivo da presente escrita, que visa buscar relatos de jovens do Ensino Médio, de uma escola agrícola de uma cidade do sul do Estado do Rio Grande do Sul, a cerca da temática lesbianidade, buscamos como metodologia o uso de rodas de conversas, aplicação de questionário aberto³, apresentações filmicas e debates temáticos. Após a coleta de dados, buscamos analisar nas narrativas dos/das jovens as dimensões empreendidas pelas práticas educativas sobre as performances de gênero. Nosso intuito é verificar como esses/as jovens entendem as representações da sexualidade, sobretudo, da lesbianidade no espaço institucional.

Para tanto, recorreremos aos estudos Feministas e Pós - estruturalistas para a sustentação teórica desse texto. A ativista feminista Norma Mogrovejo (2004), vem contribuir para com este estudo, pois nos alerta que os discursos sobre a lesbianidade foram constituídos e atravessados por marcas sociais que buscam defini-la, usando, para isso, artificios como a linguagem e as instâncias educativas. Sabemos com Jeffrey Weeks (2007) que o sexo pode ser definido como um termo descritivo para as diferenças anatômicas básicas e internas entre homens e mulheres. Em contrapartida, segundo Mogrovejo (2004) e Foucault (1988), sexo ao remeter a categoria de gênero, adquire conotações desenvolvidas nas dimensões históricas, sociais e culturais, e a crença nessa determinada natureza deve ser questionada. Ainda para sustentarmos a proposta dessa pesquisa nos embasamos nos estudos de gênero e sexualidade desenvolvidos, sobretudo, por Louro (2007) e Caetano (2013). A escolha por esses/as teóricos/as se deu por eles/as contemplarem em seus estudos o espaço escolar na contemporaneidade. E é por esse caminho, o escolar, que pretendemos colaborar para que se ampliem os estudos sobre a mulher lésbica, desvelando e ao mesmo tempo desconstruindo o que é apontado como perfil social “normal”, principalmente, dentro das instituições de ensino.

¹ Mestranda Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal do Rio Grande.

² Diretor da Unidade Acadêmico-Administrativa da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis da Universidade Federal do Rio e Professor Adjunto

³ Questionário dissertativo e anônimo.

Assim, após a breve explanação, apresentaremos os/as meninos/as que concordaram em discutir no espaço da escola x⁴ as questões de gênero. Tais questões são de interesse a nossa pesquisa. As informações aqui explanadas são resultados de alguns questionários elaborados para cada encontro realizado na escola e de rodas de conversas. A seguir, apresentaremos as características das entrevistadas, as discussões e nossos apontamentos guiados pelo embasamento teórico.

Lara⁵ tem dezessete anos, reside com os pais e um irmão. Luiza, também possui dezessete anos, reside com sua mãe e seu irmão. A estudante Leia, com dezesseis anos mora com seus pais e dois irmãos. Larissa, nossa quarta participante, possui dezenove anos, mora com sua mãe e seus irmãos. Lisa possui dezessete anos e mora com seus pais, uma irmã e um irmão. Já a nossa quinta e última participante Luana que tem dezesseis anos, mora com sua mãe e avó.

Nosso diálogo se inicia com o questionamento: O que é lesbianidade para você? Em grande maioria nos relataram que a lesbianidade se trata de “atração” pelo mesmo sexo. Percebemos que elas não contemplam apenas a questão sexual, mas ampliam o entendimento ao campo sentimental, como menciona Luana: “*ser lésbica é gostar de uma mulher*” ou ainda na voz de Luiza: “*é gostar do mesmo sexo*”, por exemplo. Essa situação de “entendimento sentimental” e de atração sexual de certa forma desloca a prática homossexual do campo exclusivo do prazer e lascívia sexual. Esse conceito de lesbianidade das estudantes vai ao encontro de Teresa de Lauretis (2000), que ao questionar o senso comum em torno das identidades sexuais nos afirma que a sexualidade é entendida como o sentimento de atração afetivo-sexual.

Sobre essa dimensão afetivo – sexual das mulheres, acreditamos que ela não deve ser pensada de forma restrita, pois assim como nos diz Lauretis (2000), lesbianidade é mais do que um ato sexual, é sim uma política de autonomia frente a determinação heteronormativa, a qual estabelece uma relação obrigatória, complementar e assimétrica entre mulheres e homens. Em outras palavras, uma das dimensões políticas centrais da lesbianidade encontra-se na resistência de se configurar como objeto do desejo e da posse do homem e a posição determinista da passividade. Neste sentido, podemos por este viés, dizer que uma das dimensões, talvez a mais simplista, sobre lesbianidade apresentada pelas participantes seja que lésbicas são mulheres que sentem atração pelo mesmo sexo.

⁴ Subtraímos o nome da escola por questões éticas.

⁵ Utilização de pseudônimos para manter o nome das participantes em por sigilo e anonimato.

Compreendemos que a lesbianidade é uma forma política de “(des)ordenação” da heteronormatividade, como bem nos indica Monique Wittig (2006) em seu artigo “*No se nace mujer*”. Nele ela nos apresenta que ser lésbica é uma opção, no entanto, política antes de uma opção sexual; assim ao deslocar a identidade lésbica da dimensão meramente sexual e alocá-la no cenário político-social, passamos a desestruturar a lógica patriarcal dominante. Para esta teórica ser “lésbica” não significa, apenas, sentir atração e desejo sexual por outra mulher, mas sim tomar decisão sobre si própria, ou seja, se recusar a ser o objeto de desejo e posse do homem e passar então a reivindicar sua subjetividade fora de uma relação na qual, em grande maioria, a mulher é sempre passiva.

Em continuidade às discussões questionamos os/as estudantes sobre o que entendiam a respeito da lesbianidade. Elas, então, apresentaram repetidas vezes os termos “opção” sexual e “escolha”, essas expressões nos fazem refletir sobre as heranças culturais⁶ a respeito da lesbianidade que durante séculos foram e ainda são alimentadas pelos discursos religiosos, científicos e estatais. Percebemos que as enunciações dos/as estudantes tratam de reproduções que se ancoram em uma série de questões já muito debatidas nos diversos seminários e encontros sobre sexualidade pelo país. Segundo Denise Portinari (1989), o discurso é criado para definir, sendo assim, ao mencionarem os termos: “opção sexual” e “escolha”, as estudantes utilizam de estratégias comunicativas que nos possibilitam a interpretação de que a identidade sexual é uma decisão individual.

A partir dos dados produzidos elencamos alguns temas, conforme surgiam em maior quantidade nas respostas, para direcionar nossas rodas de conversa. Entre os destaques escolhemos falar sobre: agressão, violência e lesbofobia. Iniciamos a conversa perguntando o que elas achavam da discriminação baseada no gênero e sobre os casos de lesbofobia. Então obtivemos o seguinte dado na voz de:

Larissa: Por que a sociedade criou um padrão e quando se sai desse padrão, tu é vítima de violência. E certas pessoas são muito conservadoras. Padrão: ser magra, casar e cuidar de filhos e do marido que trabalha fora. De preferência os 2 olhos claros. Quando se sai desse padrão sofremos preconceito. Sei disso porque vejo, leio e escuto.

⁶ Herança cultural entendida como recorrência de pensamento, uso e afirmação em outros discursos.

A resposta de Larissa é importante, pois nos reforça o padrão social, machista, patriarcal e conservador. Observamos a presença de questionamentos acerca da forma como a sociedade assume estas questões. De uma forma em geral constatamos que as estudantes denunciam e questionam os padrões sociais. Larissa ao mencionar a estrutura familiar [...] “cuidar de filhos e do marido” [...], nos faz perceber as redes que se estabelecem para dar significação à heterossexualidade são essas significações que acabam reverberando na sociedade como perfil social normal, mas que na verdade são os “sintomas” das relações de poder.

Nas conversas travadas com os/as discentes podemos constatar que eles/as se utilizam de categorias dicotômicas para nomear as pessoas, a exemplo de “inteligentes x ignorantes”, “certo x errado”, entre outros. Segundo Silva (2009) isso ocorre por que a identidade é inteiramente dependente da ideia que fizemos dela, ou seja, o ato de categorizar nunca é inocente pois:

[...] a identidade e a diferença tem que ser ativamente produzidas. Elas não são criaturas do mundo natural ou de um mundo transcendental, mas do mundo cultural e social. Somos nós que as fabricamos, no contexto de relações culturais e sociais. A identidade e diferença são criações sociais e culturais (SILVA, 2009. p.76).

Quando perguntamos para os/as meninos/as se possuíam preconceitos em relação a lésbicas, foram unânimes em responder que “não!”. Aproveitando a oportunidade os/às questionamos se acreditavam que lesbianidade era doença? Mais uma vez negaram tal interrogativa. Porém, não podemos ignorar a dimensão propositiva que a identidade sexual assume entre os/as participantes. Larissa ainda completa: *“Acredito que doença tem quem acha que a homossexualidade é uma doença”*⁷.

Retomando os depoimentos das participantes, outro fator que nos parece interessante diz respeito à inexistência da nomenclatura “lésbica” para nossas participantes. Pois quando se referiam a “lésbica” sempre utilizavam a expressão “homossexual”. Assim, buscamos problematizar junto os/às participantes a distinção entre “homossexualidade” e “lesbianidade”.

Para tanto indagamos: Em sua opinião, existe diferença entre lesbianidade e homossexualidade? Todas nos responderam que, não! Mas mesmo possuindo o conhecimento sobre as duas “realidades”, a palavra homossexualidade ao invés de lesbianidade permaneceu em todos os encontros.

⁷ Trecho extraído do primeiro questionário aplicado às participantes.

As falas dos/as estudantes nos permitiu ir além dos significados sobre o que é ser “homem” x “mulher”, “ativo” x “passivo”, justamente por estarem marcados nos discursos em que para eles/as as diferenças entre homossexualidade masculina e feminina apenas esta alocada na “forma” sexual que será exercida pelos/as parceiros/as.

Podemos constatar isso em função do relato de *Leia* que vivenciou a experiência de ver seu irmão ser repreendido pelo pai, pois o menino ao repetir o ato dela passar batom nos lábios fez o mesmo movimento. Diante deste fato o pai insinuou usar de violência contra o filho. O pai enunciou que [...] “*isso não é coisa de menino*”⁸. Essa atitude do pai em tentar projetar a masculinidade no filho, em contrapartida, também limita o agir da filha (*Leia*), pois a ela foi ordenado que deixasse de influenciar o irmão [...] “*com essas coisas de mulher porque senão ele iria se tornar bicha*”⁹ Cabe salientar que é histórico o ato da mulher se “enfeitar”, a exemplo das índias que temos representadas na literatura, por exemplo.

Segundo Beck (2012), o corpo alcançou, e alcança um lugar de destaque na sociedade. E com isso o seu culto e o seu embelezamento tornaram-se rotineiros. Devido a isso é incessante a necessidade de que se alcance a perfeição, pois daí em diante vão se delineando estratégias para a sua constituição enquanto sujeito social. Por isso que;

[...] novos comportamentos, estilos de vida e modos de ser, advindos de regimes disciplinares associados à saúde e à felicidade, os quais buscam resgatar e melhorar, a todo o tempo, sua aparência. São eles mesmos que têm projetado uma série de cuidados e de investimentos que, com o tempo (e nessa perspectiva), vão se fazendo necessários e imprescindíveis (BECK, 2012, p. 147).

Ainda pensando na situação vivenciada por *Leia* podemos pensar que o feminino é produzido pelos acessórios e pelos discursos conforme Berenice Bento (2011), nos afirma que, se cria

[...] uma complexa rede de desejos e expectativas para seu futuro, levando-se em consideração para projetá-la o fato de ser um/a menino/menina, ou seja, ser um corpo que tem um/a pênis/vagina. Essas expectativas são estruturadas numa complexa rede de pressuposições sobre comportamentos, gostos e subjetividades que acabam por antecipar o efeito que se supunha causa. Os brinquedos, as cores das roupas e outros acessórios que comporão o enxoval são escolhidos levando-se em conta o que seria mais apropriado e natural para uma vagina e um pênis (BENTO, 2011, p. 551).

⁸ Fala extraída do segundo questionário.

⁹ Trecho retirado do segundo questionário da mesma participante. Frase complementar da primeira frase mencionada por *Leia*

O excerto acima nos faz compreender que o órgão sexual anatômico é pré-definido, ou seja, antes mesmo do nascimento, bem como as responsabilidades, atitudes e representações, as quais o indivíduo deverá assumir perante a sociedade. Bento (2011) nos faz essa afirmação, por que um feto antes mesmo de nascer, ao ser descoberto seu sexo, traz consigo uma rede de expectativas, sonhos, objetos, acessórios e discursos a compor o destino social a ele/a já estabelecidos. Sendo assim;

[...] quando se diz “é uma menina¹⁰!”(grifo nosso), não se está descrevendo uma menina, mas criando um conjunto de expectativas para aquele corpo que será construído como “menina”(grifo nosso). O ato da linguagem, nessa perspectiva, não é uma representação da realidade, mas uma interpretação construtora de significados. [...] Quando se diz “menino/menina”, não se está descrevendo uma situação, mas produzindo masculinidades e feminilidades condicionadas ao órgão genital (BENTO, 2011, p.551).

Assim, quando o pai de uma das participantes da pesquisa a repreende, por supostamente influenciar seu irmão, esse pai está desenvolvendo representações¹¹, acerca do que são acessórios femininos e acessórios masculinos, pautado pela apresentação dos órgãos sexuais e das normas e condutas, as quais cada um dos filhos deve obedecer.

Em um terceiro encontro com as estudantes às questionamos se conversavam com suas famílias sobre lesbianidade. A partir dos relatos podemos observar que há pouco diálogo no que se refere às expressões de gênero de forma positiva no seio familiar. Ao contrário, essa temática é abordada de forma transversal voltada para a negação e a dificuldade de aceitação. Notamos que os discursos encontram-se marcados por violências verbais e psíquicas, ou seja, neles encontramos as marcas da heteronormatividade. Entretanto, podemos notar que alguns familiares das participantes falam sobre a homossexualidade, mas pelo viés homofóbico.

Na concepção de nossos/as participantes do grupo de discussão, a partir das rodas de conversas e dos questionários abertos, as famílias ao silenciar, calar ou não permitir a expressão e o diálogo sobre a homossexualidade criam barreiras que não permitem romper situações cotidianas de enfrentamento à violência. Todos/as relataram

¹⁰ Adaptamos a fala da autora, de menino para menina para contextualizar a fala necessária. A mudança em nada afeta a autoria ou as intenções da autora ao relatar o fato. Acreditamos que ambas as representações de gênero sofrem as expectativas e construções associadas às normas sócias do que é ser homem ou mulher.

¹¹ No presente trabalho adotamos o conceito de representação de Sandra Pesavento (2003) que nos afirma que as representações “são matrizes geradoras de condutas e prática sociais, dotadas de força integradora e coesiva, bem como explicativa do real” (PESAVENTO, 2003, p.39). Além disso, “as representações envolvem processos de percepção, identificação, reconhecimento, classificação e legitimação e exclusão” que acabam por desenvolver “espécies de reflexão, não do real, mas sim de construções feitas a partir dele” (PESAVENTO, 2003, p. 40).

que buscam conversar com os seus familiares, tentam conversar, no entanto, percebem que esse diálogo não ocorre de forma plena e tranquila. Como podemos observar no depoimento de Luisa, em que o tema é atravessado por questionamentos, dúvidas, buscas de cura e julgamentos. Ela diz que: “*Sim, meus familiares ficam inconformados, indignados quando aparecem cenas homossexuais na TV, principalmente nas novelas*”.

Para fomentar ainda mais os debates perguntamos a ele/as; “caso vocês se declarassem lésbicas como a família reagiria?” Podemos notar em todas as respostas, mas principalmente na de *Lara* de que os familiares tentariam convencê-la a permanecer na heteronormatividade. Esse movimento nos faz perceber o quanto a sociedade é política, pois tenta ditar como o outro deve se portar, ou seja, o outro deve se manter comedido para viver sua sexualidade.

E sobre isso e a partir desse comedito se criam novas identidades, a qual Stuart Hall (2009), afirma que ao buscarmos uma determinada identidade, buscamos com ela a legitimação de ideais que nos fazem pertencer a determinados grupos. Hall (2009) nos sugere observar a fala e para quem se fala sobre a identidade. Ao falarmos de um grupo, nesse caso a lesbianidade, procuramos nos evidenciar, nos incluímos e partilharmos aquele espaço de vivência grupal. Pois entendemos que é através dos discursos que se apresentam os posicionamentos históricos e culturais, mas que também podem ser fragmentados e realocados de acordo com as necessidades e convenções.

Acreditando na possibilidade do surgimento de discussões no que diz respeito ao preconceito e a discriminação, exibimos um filme de curta metragem intitulado “Para que time ele joga?”¹², como estratégia para fomentar a conversação. Assim, após assistir ao vídeo passamos à conversa. Lisa nos conta que seus “*avós paternos não entendem isso*”¹³, porque agora tem que ter isso nas novelas, antes era melhor, deve ser para dar audiência”. Explico para ela e os/as demais que a utilização da palavra *isso*, já demonstra-se como um tipo de preconceito uma vez que, ele não necessariamente precisa ser somente agressão física, ele ultrapassa barreiras físicas e alcança as violências psíquicas. A violência seja ela física ou psicológica é marcada pela

¹² Filme Para que time ele joga? Foi apresentado no Encontro de Educação e Homofobia sobre o tema "Ninguém pode ser tratado com indiferença" realizado no SINPRO DF no dia 21 de março de 2009. Infelizmente, não encontramos nenhum material audiovisual centrado em meninas, o que nos denuncia a situação de invisibilidade da identidade lésbica em contexto escolar. O material diálogo sobre um menino que tem a sua sexualidade exposta na entrada da escola após seu ex namorado tentar beijá-lo na frente dos colegas, criando uma série de reações de todos os envolvidos.

¹³ “Isso” segundo a participante são as relações homossexuais ou lésbicas representadas nas telenovelas, a mesma ainda afirma que seus avós paternos não falam os nomes, gays, ou lésbicas, mas sim chamam de isso.

discriminação, lesbofobia e podem ser configurados com piadas, risinhos, apelidos, xingamentos e hostilizações. Assim, as noções essencialistas, universais e históricas de homem e mulher (singular) são simplistas e devem ser contestadas. Justamente porque a noção de gênero destaca a diversidade e a conflitualidade das etapas pelas quais a cultura constrói e assinala os corpos e os sujeitos femininos e masculinos, e se torna fundamental considerarmos os arranjos de gênero com outras distinções sociais (classe, raça/etnia, sexualidade, geração, religião, nacionalidade).

Assim sendo, é importante admitirmos também que cada uma dessas distinções produz alterações nos modelos pelos quais as feminilidades ou as masculinidades são expressas nos diferentes momentos da vida dos indivíduos. Em outras palavras, a sociedade se utiliza de estratégias com vistas a ensinar os sujeitos a assumir as configurações esperadas referentes às identidades e que por mecanismos de reafirmação determinam que a heteronormatividade deva acompanhá-lo por toda vida. Essas estratégias, segundo Louro (2007), “articula então, as identidades de gênero ‘normais’ a um único modelo de identidade sexual: a identidade heterossexual” (LOURO, 2007, p. 26).

Em outro encontro com as estudantes passamos a refletir sobre as respostas cedidas nos questionários. Em que foi possível os/as interpelar sobre as suas ações frente aos preconceitos explícitos de suas famílias. Buscamos ainda saber se elas partilham do mesmo sentimento que os demais familiares. Assim, criamos novamente uma situação em que elas deveriam imaginar como a sua família reagiria frente à determinada cena, desta forma, a pergunta se constitui: Você e sua família estão passeando no shopping e decidem fazer um lanche. Mas ao sentarem-se na praça de alimentação notam um casal de lésbicas ao seu lado, tomando o seu lanche e namorando. Como você acha que sua família reagiria? E você o que faria frente à reação deles/as?

A fala de algumas dos/as participantes, ainda nos transparecem preconceitos velados, enrustidos em valores sociais estabelecidos que devem responder as formas sociais e normativas de ser e estar na sociedade em que os padrões vigentes de sociabilidade ainda conservam a norma, ou seja, a heterossexualidade.

Quando questionadas como a escola conversa e/ou discute ações como as inspiradas na questão anterior, as participantes relatam que a mesma não promove qualquer discussão, ações ou atividades que visem desconstruir papéis sociais e tão pouco discussões sobre lesbianidade, homossexualidade, preconceito. Isso nos

demonstra o quando a instituição ainda se mostra conservadora, quando aos padrões sociais a serem seguidos por homens e mulheres.

As escolas são locais privilegiados para o ensino, no entanto, elas devem ir além dos estudos de matemática, ciências biológicas ou inglês. Assim, caberia às instituições de ensino educar para a vida de forma a auxiliar na constituição de sujeitos mais respeitosos, sem preconceitos, livres de homofobia e lesbofobia. Deveria complementar as experiências dos/das jovens de forma a ajudá-los/as a buscar mais perguntas do que respostas. Reconhecemos que essa questão mencionada vai ao encontro de Louro (2011) quando afirma que “é na escola que as formas binárias são expressas” (p.22), entretanto, a mesma autora salienta a relevância de ser este o espaço de modificação e quebra desses paradigmas.

Assim, pressupomos em concordância com a autora, que as escolas optam por não discutir ou protagonizar as dimensões culturais sobre diversidade sexual por entendê-las como algo desnecessário, uma vez que se empenham em manter a norma sexual heteronormativa. Ou seja, ditando a heterossexualidade como algo correto, pois um homem ou mulher “de verdade” devem ser, necessariamente, heterossexuais.

A partir das falas de Larissa, Leia e Lisa, podemos afirmar que a escola enquanto instituição formadora vem limitando as temáticas de gênero e sexualidade aos conteúdos descritos pela lógica heterossexual. Mesmo após os reforços das políticas públicas de promoção da cidadania de lésbicas desenvolvidas no Brasil, a exemplo, do Programa Federal “Brasil sem Homofobia¹⁴” e mesmo com as atuações políticas dos movimentos sociais de lésbicas, algumas escolas mantêm o padrão hegemônico. Assim, ao não promover a equidade, as escolas passam a cristalizar a heteronormatividade e não contribuem para a extinção das situações de violência contra as mulheres, e conseqüentemente as mantêm sob o véu da invisibilidade, não promovendo assim um dos fatores basilares do ser humano: a cidadania

Diante do quadro até aqui apresentado, algumas perguntas nos são suscitadas: Como a educação escolar contribui para a construção e manutenção das classificações hierárquicas da sociedade, sobretudo, de gênero? E no interior desta, como se situa a lesbianidade? A educação, tal como ela está estruturada, funciona como agente de

¹⁴Em 25 de maio de 2004, o Governo Federal lançou o Programa Brasil Sem Homofobia, elaborado pela Secretaria Nacional de Direitos Humanos (Ministério da Justiça), Ministério da Saúde, Conselho Nacional de Combate à Discriminação e organizações da sociedade civil de defesa de direitos homossexuais. O Programa prevê ações do governo no combate a homofobia em todas as ações dos Ministérios.

manutenção da classificação e hierarquização social? O conceito rígido, estabelecido em torno das expectativas de gênero no interior da escola traz a exclusão dos agentes (que no nosso caso são as lésbicas) que não se adaptam aos comportamentos preconcebidos.

Podemos verificar que nesses encontros promovidos com os/as estudantes a temática “lesbianidade”, não diferente da forma como a mulher é retratada na escola, a qual é atravessada pela invisibilidade histórico-escolar ou quando retratada ancora-se em apresentações mediadas pela violência e pela sexualidade, impossibilitando a esses sujeitos outras formas de sociabilidade ou de protagonismo.

Dessa forma, entendemos a partir dessa escrita que os/ as jovens participantes da pesquisa, ainda em construção, sabem, entendem, compreendem e se posicionam frente à discussão proposta. Mas acreditamos que esses entendimentos podem e devem ser mais explorados, questionados e problematizados, uma vez, que entendemos através das falas, a pouca ou nenhuma discussão sobre a temática lesbianidade em suas residências, assim como também não ocorrem na escola.

Esse fato não permite que a escola seja um espaço de contemplação e discussão da sexualidade. Assim concluímos que os locais de convivências estão cerceando e (de)limitando o aprendizado desses/as jovens, a partir do momento em que os/às silencia. Observamos, ainda, que esses/as jovens se encontram em processo de construção de suas opiniões, concepções, percepções, entendimentos. Esses processos estão interpelados, justamente, por esse silenciamento que a escola promove e pelas regras perpassadas pela família que, em muitos casos, legitimam a agressão e a violência contra lésbicas. Em suma, os dados obtidos nesta pesquisa apontam e recomendam a importância do enfrentamento ao processo de exclusão social instaurado nas e pelas escolas e instituições federais. Mas isso só será possível com a efetiva aplicabilidade das políticas públicas de enfrentamento ao sexismo e a homo, lesbo e transfobia, uma vez que somente combatendo a exclusão social nos constituiremos como uma sociedade verdadeiramente democrática e de direito.

Referencias

AQUISE, Norma Mogrovejo. *Teoría lésbica, participación política y literatura*. Universidad de la ciudad de México, 2004.

ARROYO, Miguel G. *Currículos, territórios em disputa/* Miguel G. Arroyo. 2. ed.- Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

BECK, Dinah Quesada. *Com que roupa eu vou? Embelezamento e consumo na composição dos uniformes escolares infantis*. Rio Grande do Sul: Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, (Tese de doutorado), 2012.

BENTO, Berenice. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 19(2), p.548-559, mai./ago., 2011.

CAETANO, Marcio.; SILVA JUNIOR, Jonas Alves da.; RANGEL, Mary (ORG). *A escola diante da diversidade*. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2013.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*; tradução de Raquel Ramallete. 39. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

_____. *Microfísica do poder* / Michel Foucault; organização e tradução de Roberto Machado. – Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____. *A História da Sexualidade I: a vontade de saber*, tradução de Maria Theresa a Costa Albuquerque e J. A. Albuquerque, Rio de Janeiro; Edições Graal, 1988, 13º edição.

HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? In.: SILVA, Tomaz Tadeu da. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais/* Tomaz Tadeu da Silva (org.). Stuart Hall, Kathryn Woodward. 9. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

LAURETIS, Teresa de. Sujetos excéntricos. La teoría feminista y la conciencia histórica. In. *Diferencias: etapas de un camino a través del feminismo*. Madrid, Horas y horas. Cuadernos inacabados, n.35, 2000, trad. María Echániz Sans. Disponível em: <http://scholar.google.com/scholar?q=De+Lauretis,+Teresa.+Sujetos+exc%C3%A9ntricos&hl=es&as_sdt=0&as_vis=1&oi=scholart&sa=X&ei=CrEwU5r9IMW52AWg6oGIBA&ved=0CCcQgQMwAA>. Acesso em 10 mai, 2014.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista* / Guacira Lopes Louro. 9. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

NÓVOA, António. *Pedagogia: A Terceira Margem do Rio*. Disponível em <http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/pedagogianovoa.pdf> Acesso em: 23 out, 2013.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

PORTINARI, Denise. *O discurso da homossexualidade feminina*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

RODRIGUES, Aretusa de Paula; FILHO, Fernando Silva Teixeira. *A Homofobia Como Sintoma Na Família*. In: Anais do XIX Encontro de Psicologia da UNESP. 2006. Disponível em: <http://www2.assis.unesp.br/encontrosdepsicologia/ANAIS_DO_XIX_ENCONTRO/71_ARETUSA_DE_PAULA_RODRIGUES.pdf>. Acesso em 03 out, 2014.

ROSISTOLATO, Rodrigo. Fazendo gênero na escola. In: GOLDENBERG, Miriam. *O corpo como capital: gênero, sexualidade e moda na cultura brasileira*. 2. Ed. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2010.

SILVA, Tomaz Tadeu da. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*/ Tomaz Tadeu da Silva (org.). Stuart Hall, Kathryn Woodward. 9. ed. – Petropolis, RJ: Vozes, 2009.

WEEKS, Jeffrey. O corpo e a sexualidade In: *O corpo educado: pedagogias da sexualidade* / Guacira Lopes Louro (organizadora); Tradução dos artigos: Tomaz Tadeu da Silva – 2. ed, 3ª reimpressão – Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

WITTIG, Monique. *El pensamiento heterosexual y otros ensayos*. Barcelona: Egales, 2006.